
REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 28 No. 2 2015

ARTIGO

O MULTICULTURALISMO NEOLIBERAL E A ARQUEOLOGIA DE CONTRATO NO NORTE DE CHILE

Patricia Ayala Rocabado*

RESUMO

Neste artigo pretendo contribuir para a discussão das conseqüências sociais e políticas da arqueologia de contrato no Chile, demonstrando como a prática participa na construção e reprodução da lógica e valor de mercado.

Demonstrarei como a lógica neoliberal é reproduzida nas práticas cotidianas e nos discursos do Estado e da arqueologia. No caso de San Pedro de Atacama (norte do Chile) a conexão entre arqueologia de contrato, patrimônio arqueológico e as indústrias da mineração e turismo criaram uma prática disciplinar que constrói e é construída pelo Estado neoliberal multicultural e sua política de etno-desenvolvimento.

Palavras-chave: Multiculturalismo, neoliberalismo, arqueologia de contrato, povos indígenas.

ABSTRACT

In this article I intend to contribute to the discussion of the social and political consequences of contract archeology in Chile, showing how the practice participates in the construction and reproduction of the logic and values of the market. I shall show how a neoliberal logic is reproduced in the everyday practices and discourses of both the state and archeology. In the case of San Pedro de Atacama (northern, Chile), I shall demonstrate that the link between contract archeology and heritage archeology and the mining and tourism industries forges a disciplinary practice that constructs and is constructed by the neoliberal multicultural state and its ethnodevelopment policies.

Key words: Multiculturalism, neoliberalism, contract archaeology, indigenous people.

* Sociedad Chilena de Arqueología, 17 Roberts Av., Bar Harbor, ME 04609, USA. E-mail: payala_rocabado@hotmail.com;

No Chile há poucos estudos que explicam como e através de que mecanismos a arqueologia tem participado na construção do multiculturalismo; também há poucas pesquisas sobre o impacto das políticas da diferença nas práticas e discursos arqueológicos (AYALA, 2011). Embora tenha sido escrito sobre as orientações teóricas e metodológicas da arqueologia nesse contexto político (TRONCOSO *et. al.*, 2008; SALAZAR *et. al.*, 2012), ainda não existe uma reflexão sobre como uma das expressões da arqueologia multicultural, a arqueologia de contrato (também chamada de arqueologia de impacto ambiental), adota e reproduz a racionalidade neoliberal. Na verdade, desde o seu início na década de 1990 tem sido debatido sobre os aspectos jurídicos e metodológicos da arqueologia do contrato, bem como sobre as suas vantagens e limitações, em detrimento de reflexões sobre seus aspectos éticos, políticos e sociais. As discussões sobre as suas ligações com o setor privado e sobre as suas diferenças com a arqueologia acadêmica são exceções (CÁCERES, 1999; GONZÁLEZ, 2005; CARRASCO, 2007); assim como o estudo de Salazar (2010) sobre a relação entre comunidades indígenas, mineração e arqueologia e algumas indicações preliminares sobre as relações entre a arqueologia de contrato e o neoliberalismo (AYALA & VILCHES, 2012; SALAZAR *et. al.*, 2012.).

Neste artigo pretendo contribuir para a discussão das conseqüências sociais e políticas da arqueologia de contrato no Chile, demonstrando como esta participa na construção e reprodução da lógica e dos valores do mercado. Também procuro fazer visível a estreita relação entre a arqueologia de contrato e a arqueologia patrimonial (*sensu* CARRASCO, 2007) através de uma descrição etnográfica dos dois locais: o Conselho Nacional de Monumentos e a cidade de San Pedro de Atacama, no norte do Chile, para o período entre meados da década de 1990 e 2009, incluindo o contexto histórico relevante. Buscarei demonstrar como a racionalidade neoliberal é reproduzida nas práticas e nos discursos cotidianos do Estado e da arqueologia. Ao abordar o caso de San Pedro de Atacama, evidencia-se como a ligação entre as arqueologias de contrato e patrimonial com as indústrias de mineração e o turismo configura uma prática disciplinar que constrói e é construída pelo estado multicultural neoliberal e suas políticas de etno-desenvolvimento.

MULTICULTURALISMO NEOLIBERAL E ARQUEOLOGIA

No final da década de 1980, os arqueólogos comemoraram a chegada do multiculturalismo como um afastamento do logocentrismo e do etnocentrismo e como uma promoção do "retorno do nativo" e do reconhecimento dos seus direitos e demandas culturais. Como resultado — e, ao mesmo tempo, produzindo este novo cenário político — iniciou-se um debate mundial sobre a democratização do conhecimento, o pluralismo, a multivocalidade, a inclusão de outras vozes, a reflexão disciplinar, a autoridade, as relações de poder, a representação e a repatriação. No Chile esta discussão aconteceu depois do que em outras partes, mas o discurso político multicultural produziu a diversificação das relações entre arqueólogos e indígenas, a abertura de novos espaços de participação local, a expansão dos circuitos de difusão do discurso científico e a resposta às demandas indígenas. O mercado de trabalho para os arqueólogos foi

expandido de uma forma dramática no marco de projetos de impacto ambiental e de estudo patrimonial (AYALA, 2008, 2011). Esta situação esteve ligada às inovações institucionais e legais a partir das quais o Estado reconheceu a diversidade cultural e começou a reconstruir-se como uma nação democrática e multicultural após a ditadura (BOCCARA, 2007; BOLADOS, 2010). Porém, uma avaliação crítica das relações e lutas de poder nos espaços de participação abertos pelo multiculturalismo no Chile deixa claro que a arqueologia, particularmente a desenvolvida na região de Atacama, continua reproduzindo relações coloniais de dominação, embora não sejam de negação e exclusão, mas de inclusão. Seu poder e autoridade como um discurso especializado na construção, autenticação e legitimação de identidades não só não tem mudado de lugar, senão que tem sido fortalecido como resultado do seu papel ativo nos processos de patrimonialização, desde onde produz e representa o Estado multicultural. Esta situação também está relacionada com o domínio dos enfoques culturalista e positivista na arqueologia chilena, a partir dos quais a cultura material é interpretada, gerando uma visão e divisão do mundo social. A autoridade destas correntes teóricas resultou em uma visão essencializada das diferenças culturais promovidas, produzidas e geridas pelo multiculturalismo e na reafirmação do caráter científico da disciplina. Assim, o discurso arqueológico é usado para cobrir o impacto social e político dos mega-projetos ambientais, no marco dos quais os arqueólogos produzem relatórios caracterizados pela sua excelência técnica e neutralidade científica.

Paradoxalmente, um nacionalismo renovado permitiu ao Chile se definir como multicultural. Embora sejam produzidas novas diferenciações e territorializações, internas e externas (BOCCARA & AYALA, 2011), o Estado continua o seu discurso nacionalista no tema patrimonial falando do "patrimônio da nação chilena" e celebrando o "dia do patrimônio". O passado indígena é atualizado como "patrimônio nacional" e tende-se a propagar um novo regime de verdade sobre o que é e não é cultural, nacional e patrimonial. Assim, se fixa, materializa, monumentaliza, naturaliza e restringe a noção de cultura/patrimônio. Nos processos de patrimonialização —através dos quais se apropria, constrói, autentica e legitima a diversidade cultural para a história do Estado multicultural— os arqueólogos exercem o seu poder e autoridade como especialistas na produção de culturas, identidades e territorializações: reconhecem, escavam, analisam, classificam, interpretam e fazem mapas de sítios arqueológicos para projetos de pesquisa ou impacto ambiental.

Compreender como a cultura tornou-se uma categoria central no discurso público é decisivo na construção das identidades sociais e políticas; além disto, compreender a patrimonialização e a arqueologia multicultural exige conceber o multiculturalismo como o governo das etnicidades (*sensu* BOCCARA, 2007), como uma nova forma de governabilidade de tipo étnico que tende a ampliar os mecanismos de intervenção estatal e gerar novas subjetividades, novos espaços de poder, novas áreas de conhecimento e novos mercados de bens simbólicos exóticos. O multiculturalismo não pode ser entendido sem considerar-se a sua ligação estreita com o neoliberalismo (HALE, 2004): ele participa de uma racionalidade neoliberal que tende a culpar aos agentes sociais; a tratar às

comunidades como se fossem pequenas empresas; a generalizar as relações de mercado que são elementos essenciais do tecido social; a flexibilizar e precarizar o mercado de trabalho; e a submeter a sociedade à economia. Neste contexto político, emerge a figura do "indígena projeto", do "cliente exótico" ou do "consumidor" que devem encontrar o seu lugar nos novos nichos de mercado. Também aparecem os arqueólogos/consultores ou arqueólogos/empresários, associados profissionalmente com agências estatais ou para-estatais, bem como com empresas chilenas e multinacionais que investem grandes capitais em territórios indígenas.

O multiculturalismo neoliberal incentiva aos indígenas a serem empresários, a gerenciar e "tornar mercadoria" os seus produtos e práticas culturais como fonte de valor e de propriedade intelectual. Através da patrimonialização são encorajados a serem gerentes e administradores de seus sítios arqueológicos e a levá-los para o mercado de turismo transnacional como bens exóticos e símbolos de sua autenticidade e legitimidade cultural. Este processo produz a essencialização e diferenciação das comunidades que, no caso de Atacama, lutam pela propriedade do patrimônio arqueológico a ser comercializado como um emblema da sua aboriginalidade e nacionalidade. O neoliberalismo como tecnologia de governo dissemina os valores do mercado na política social e nas instituições. A universalidade com a qual se impôs a lógica neoliberal para o desenvolvimento capitalista, onde os interesses transnacionais colidem com as demandas indígenas, como na região de Atacama, tem levado Bolados (2010:16) a argumentar que no Chile e outros países da região podemos falar de um "neoliberalismo multicultural", mais do que de um multiculturalismo neoliberal. Nessas áreas de disputa pelos recursos culturais e naturais, os arqueólogos intervêm como consultores no mercado da arqueologia de impacto ambiental estudando, resgatando, protegendo e realçando o passado indígena que fica disponível para o mercado cultural, onde é consumido por agentes nacionais e transnacionais.

A tradição indígena deve ser funcional para os novos projetos de etno-desenvolvimento, ou seja, deve ser reconstruída, reinventada e refuncionalizada de acordo com os critérios multiculturais. Os mecanismos de legitimação, autenticação, representação e consagração de novos atores sociais atuam no campo etno-burocrático. Seu objetivo é saber quem está autorizado a dizer o que é um indígena e qual é a cultura indígena autêntica. Também impõe uma nova lógica referente ao exercício legal de "indianidade". Os mecanismos de legitimação e normatização tendem a produzir e a padronizar as culturas indígenas, a profissionalizar os seus portadores e a delegar o poder de representação política. Com a comunidade e a cultura como novos objetos de governo, o multiculturalismo investiga a realidade indígena através de profissionais das ciências sociais. Através de levantamentos, censos, reuniões, grupos focais, entrevistas e pesquisas se procuram desenvolver uma imagem fiável da sociedade e da cultura dos povos indígenas que habitam o país. Os arqueólogos multiculturais, que possuem um capital social e simbólico de destaque no campo etno-burocrático, também estudam e produzem uma imagem real da cultura, do passado e do território indígena. As agências estatais

como o Conselho de Monumentos Nacionais (CMN) e a Corporação Nacional de Desenvolvimento Indígena (CONADI) solicitam serviços de empresas arqueológicas para desenvolver cadastros de sítios arqueológicos, projetos de avaliação, conservação e proteção, organizar seminários de formação e desenvolver salvamentos. A arqueologia multicultural contribui para a construção de uma versão padrão e essencializada da cultura indígena, que também é produzida através da definição de uma temporalidade linear de longa data.

A democracia neoliberal pós-ditadura abriu cenários de participação. Os novos métodos de intervenção do Estado, através dos quais os indígenas são governados, exigem a presença dos funcionários encarregados da política multicultural, que incitam a população local para agir, participar, expressar as suas opiniões, entrar no "etno-desenvolvimento". O que se procura é o estabelecimento de uma espécie de "parceria" entre as comunidades indígenas, os órgãos estatais e para-estatais e/ou a iniciativa privada. Em vez de intervir desde fora, de um modo paternalista, através da patrimonialização procura-se envolver os povos indígenas em seu próprio etno-desenvolvimento, com a implementação de projetos de avaliação e recuperação cultural e através da sua participação em projetos de impacto ambiental. Neles, sua voz é considerada no estágio de participação, o que envolve a separação das exigências aceitáveis daquelas considerada inadequadas, reconhecendo as primeiras e ignorando as segundas. O multiculturalismo é gerido deste jeito: eliminando a sua marca radical ou ameaçadora (HALE, 2004). Como corolário deste processo, o Estado reconhece suas demandas aceitáveis em termos patrimoniais e os faz responsáveis pelo cuidado dos sítios arqueológicos que eles gerenciam e pela execução de projetos de resgate. Além disto, também aprova os projetos de impacto ambiental, nos quais os indígenas são integrados como trabalhadores em escavações arqueológicas e/ou trabalhos de laboratório. No caso de Atacama esta situação tem sido associada a um processo de profissionalização indígena financiado por agências nacionais e internacionais, como o CMN, a CONADI, o Programa Origens e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A PATRIMONIALIZAÇÃO MULTICULTURAL NO CONSEJO DE MONUMENTOS NACIONALES

O CMN foi criado em 1925 e até 1990 esteve a cargo, principalmente, da declaração de Monumentos Nacionais, cumprindo um papel de liderança na construção da identidade nacional monocultural (AYALA, 2011). A reconfiguração experimentada pelo Conselho em meados da década de 1990 demonstra como se reproduz a lógica do multiculturalismo neoliberal no interior do Estado. Também demonstra como o Estado é construído por diferentes agentes patrimoniais, entre os quais os arqueólogos ocupam um lugar importante. Estas mudanças dizem respeito à promulgação da Lei de Impacto Ambiental (1994) e da Lei Indígena (1993), a partir das quais não só as regras e procedimentos do CMN foram burocratizados, bem como seus poderes, responsabilidades e atividades foram ampliados. A inclusão do patrimônio cultural nessas leis resultou em uma verdadeira reengenharia institucional.

Desde a promulgação da Lei do Ambiente (1994), o CMN tornou-se uma "instituição da administração do Estado com competência ambiental". Este trabalho foi reforçado e aumentado com a entrada em vigor do regulamento do Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental em 1997. Para lidar com esta tarefa o CMN teve que estabelecer procedimentos e regulamentos internos e externos, produzindo tensões e conflitos com a arqueologia, um dos campos disciplinares mais envolvidos. O novo papel ambiental do Conselho envolveu uma mudança dramática nos seus trabalhos diários que tiveram que ser estendidos para o recebimento, análise e avaliação de estudos e relatórios de impacto ambiental, adendos, pedidos de autorização provisória, relatórios de avaliação consolidados e resoluções de qualificação ambiental. Por sua vez, a Comissão de Arqueologia do Conselho e os membros da Sociedade Chilena de Arqueologia estabeleceram orientações de base para os relatórios arqueológicos de impacto ambiental.

Os casos associados com o Sistema de Impacto Ambiental têm crescido exponencialmente nos documentos do CMN. Em 1995 foram analisados apenas 12 projetos enquanto em 2004 foram avaliadas 237 declarações e estudos de impacto ambiental, sem contar os adendos e os relatórios e resoluções de qualificação ambiental (GONZÁLEZ, 2005). O aumento deste tipo de projetos acelerou-se ainda mais nos últimos anos: entre 9 de setembro de 2008 e 22 de janeiro de 2009 foram recebidas 503 "entradas". A extrapolação anual de casos de impacto ambiental ultrapassa a cifra de 1600. O papel do CMN como agência com competência ambiental afetou o seu funcionamento de tal jeito que agora é uma das suas atividades principais: "Eu posso te dizer que 70% do trabalho do CMN tem a ver com a área dos impactos ambientais e todo o desenvolvimento da arqueologia no Chile foi impactado por essa atividade" (AC 2008). Isto é confirmado pela quantidade de "entradas" associadas com a Área de Arqueologia no Conselho, já que de um total de 2614 casos recebidos em 2008, 62% (1510) correspondem a projetos de impacto ambiental que implicam a contratação de arqueólogos e 38% (1004) a projetos de pesquisa, autorizações, salvamentos, tráfico de artefatos arqueológicos e divulgação. Além disto, o Conselho atua como um mercado que regula os projetos de investidores nacionais e/ou transnacionais. Esta atividade tem despolitizado os problemas sociais e econômicos associados a esses projetos através de relatórios de alta qualidade técnica e neutralidade política. Também influenciou na formação de uma arqueologia multicultural que tem aprofundado a sua dependência do campo burocrático em termos da relação laboral, cada vez mais frequente, dos arqueólogos com os órgãos do Estado relacionados com o patrimônio cultural e natural e com empresas privadas nacionais ou transnacionais.

Estas mudanças produzem o aumento das declarações de Monumentos Nacionais mas, também, a diversificação da noção de patrimônio em relação ao discurso do Estado sobre a "participação cidadã", que integra a noção de "patrimônio indígena" e "patrimônio ambiental". Desde a promulgação da Lei Indígena, o Conselho começou a trabalhar com a CONADI em projetos de gerenciamento e registro de sítios arqueológicos na região de Atacama (AYALA, 2008) e desde 2000 houveram grandes mudanças com a abertura da Área de

Patrimônio Cultural Indígena no CMN, a declaração do Dia do Patrimônio e o reforço do programa de Patrimônio Mundial. Isso ocorreu em paralelo com o aprofundamento da política neoindigenista e intercultural¹ (*sensu* BOLADOS, 2010), iniciada na década anterior com o Programa Origens, financiado pelo governo do Chile e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cuja implementação está diretamente relacionada com o objetivo de desmobilizar e pacificar o conflito com os Mapuches que se tinha intensificado ao final de 1990 (BOLADOS, 2010).

A construção da Usina Hidrelétrica de Ralco em território Pehuenche, pertencente a uma empresa espanhola, expôs as debilidades e contradições entre o, o que significou o deslocamento de 500 Pehuenches que, após uma longa e amarga luta contra o Estado chileno e as pressões da empresa, cederam suas terras em troca de títulos de terra de baixa qualidade agrícola cedidas pelo governo (BOLADOS, 2010; GONZÁLEZ, 2005). Este conflito foi um marco importante no direcionamento da patrimonialização étnica que, desde então, passou a focar suas ações em território Mapuche e disseminar com mais força o discurso patrimonial do Estado.

Isso também tem relação com a privatização do que anteriormente era considerada uma competência do Estado. A partir da patrimonialização multicultural, começou-se a procurar a contribuição privada para a proteção e preservação do patrimônio nacional. Esta situação está ligada a projetos nacionais e/ou transnacionais de mineração, hidrelétricas, turismo, silvicultura ou transporte que necessitam arqueólogos para as suas declarações ou estudos de impacto ambiental. Esta mesma lógica, em parte, conseguiu a abertura do Programa de Patrimônio Mundial para o acesso a fontes de financiamento de agências multilaterais como o BID, que deu grandes somas de dinheiro para o levantamento, preservação, proteção ou restauro do patrimônio no Chile. As organizações internacionais consideram o ingresso de um bem tangível ou intangível à Lista do Patrimônio Mundial como um fator de desenvolvimento. Este discurso é reproduzido pelo CMN através da patrimonialização nacional e em termos de etno-desenvolvimento, em territórios indígenas. Neste caso, os mecanismos de autenticação e legitimidade são geridos pelos Estados e pelas agências transnacionais que autorizam e definem o que é representativo de uma nação e da humanidade, instalando um regime universal da verdade (AYALA, 2011).

¹ Durante este período o indigenismo do Estado (herdeiro do indigenismo latino-americano) tornou-se um neoindigenismo transnacional dedicado a uma nova compreensão da intervenção do Estado em relação aos povos indígenas. Segundo Bolados (2010:50) o indigenismo clássico, cujo modelo de desenvolvimento foi assistencialista, deu lugar (em meados dos anos 1990 e meados dos anos 2000) a uma nova política intercultural que introduziu uma compreensão mais moderna e tecnocrática, através de programas de etno-desenvolvimento, cujo financiamento transnacional vem de alianças e contratos entre Estados e organizações multilaterais. Alguns setores do movimento indígena aderiram aos programas interculturais promovidos pelo Estado.

ARQUEOLOGIA DE CONTRATO, TURISMO E MINERAÇÃO NO SALAR DE ATACAMA

San Pedro de Atacama é um dos principais destinos turísticos do Chile, com cerca de 50.000 visitantes de todo o mundo por ano. O Salar de Atacama é parte da Província de Loa e da Região de Antofagasta, onde são produzidos mais do que 60% dos recursos minerais de Chile; isso estimula uma migração nacional e internacional intensa e permanente, relacionada com essa atividade (BOLADOS, 2014). Este cenário não só teve impacto no surgimento das arqueologias patrimonial e de contrato, mas também em um número crescente de projetos de investimento que as necessitam. A arqueologia de contrato, em particular, é rejeitada, questionada e desafiada pelas lideranças étnicas, porém também é negociada e considerada como uma ferramenta útil contra o esmagador avanço da mineração e do turismo. Através de relações de mercado, os arqueólogos tomaram posse, ainda mais, do seu papel de especialistas do passado e de protetores do patrimônio cultural; também fortaleceram um discurso técnico-científico e culturalista. Esses arqueólogos estão a serviço do desenvolvimento e, geralmente, ficam fora dos debates políticos sobre os impactos sociais e ambientais do turismo e da mineração no Salar; também calam sobre a sua contribuição para a reprodução de relações assimétricas de poder e exploração.

A configuração do Salar de Atacama como uma "região turística indígena, minera e turística na nova cartografia do capitalismo contemporâneo" (BOLADOS, 2014: 232) não pode ser entendida sem considerar o papel da arqueologia. Antes do advento desta trilogia nessas representações regionais, o povoado já foi assinalado como a "capital arqueológica do Chile". Ali o surgimento da arqueologia de contrato está ligado ao aumento das indústrias de mineração e turismo dos anos 1990, quando aparece o discurso multicultural, e são disseminados os valores do mercado na política social e nas instituições, como demonstrarei a seguir, após um breve olhar histórico.

Durante o século XIX foi consolidada a importância científica, geopolítica e mineral da região de Atacama, que se converteu em um território de luta entre as repúblicas nascentes da Bolívia, do Peru e do Chile. Desde a Guerra do Pacífico (1879-1883), a Puna de Atacama foi anexada ao norte do Chile, que tinha começado a experimentar profundas alterações decorrentes da expansão da indústria de mineração e de nitrato e do aumento de investimento de capitais privados nacionais e transnacionais. A população indígena de Atacama passou de uma economia agro-pastoril para uma economia mais diversificada, com base capitalista. A arqueologia na região esteve vinculada a viagens e expedições de naturalistas, viajantes, geógrafos e amadores de antiguidades; isso mudou no século XX com a chegada de pesquisadores estrangeiros que conduziram as primeiras pesquisas arqueológicas e etnográficas (AYALA, 2008).

Ao longo do século XX, os indígenas foram força de trabalho na indústria de mineração, o que levou a sua migração para os centros urbano-industriais de Calama e Antofagasta. Uma parte deles manteve-se em seu território de origem e prosseguiu e intensificou a mineração artesanal de sal e *llareta* ou se incorporou à indústria local do enxofre. Essas indústrias eram subsidiárias da

crescente mineração em grande escala (VILCHES *et. al.*, 2015). A presença do Estado foi tangível no final do ciclo de nitrato, quando a atividade de cobre aumentou com a mina de Chuquicamata (BOLADOS, 2014). Enquanto isso, a presença da arqueologia tomou forma através de figuras nacionais e estrangeiras, dentre as quais se destaca o padre belga e arqueólogo amador Gustavo Le Paige, que assumiu como pastor a capela de Chuquicamata e mais tarde mudou-se para San Pedro de Atacama². Le Paige não só é lembrado por suas contribuições científicas e pela criação do museu local, mas também pela inserção do oásis no mercado nacional e internacional do turismo. Seu trabalho de modernização foi apoiado por outros arqueólogos da época, como Jorge Serracino (1973:5), que como editor da revista *Estudios Atacameños* escreveu:

Isto não é para manter os povos de Atacama como peças vivas de culturas passadas, mas para desenvolver a cultura de Atacama com meios modernos adaptados ao ambiente em que vivemos. O planejamento de seu desenvolvimento é a principal razão para publicar esta nova revista.

Nessa década e na década de 1980 a ditadura militar aprofundou o discurso do desenvolvimento e promoveu o modelo econômico neoliberal. A presença do Estado foi concretizada através da criação do Município de San Pedro de Atacama e a entrada de novos atores transnacionais que chegaram ao Salar graças a uma mudança legislativa que encorajou o investimento estrangeiro e a privatização dos recursos naturais. Além disto, a mineração de lítio começou com a Sociedade Chilena de Lítio e a Sociedade Química Minera do Chile. Simultaneamente, a empresa de hotéis Explora realizou extensas aquisições de terrenos em várias partes do Salar (BOLADOS, 2014). Anos mais tarde, construiu o primeiro Hotel Cinco Estrelas em San Pedro de Atacama. Durante esses anos, as agências estatais relacionadas com o turismo e a mineração — como a Direção de Turismo de Antofagasta e a Corporação Nacional do Cobre do Chile (CODELCO) — financiaram a construção e modificação do Museu Arqueológico de San Pedro de Atacama (AYALA, 2011). Também foi realizado o Primeiro Simpósio de Arqueologia de Atacama (1983), no qual foram discutidas a proteção e conservação do patrimônio e a sua relação com o turismo e as "diretrizes de desenvolvimento andino". A nível nacional, a arqueologia continuou com uma ênfase empírica focada na construção de sequências histórico-culturais e na identificação de relações temporal-culturais entre áreas e tipos de cultura material, apesar de terem aparecido os primeiros trabalhos com conteúdos teóricos explícitos (TRONCOSO *et al.*, 2008). Neste contexto foram realizados trabalhos orientados pela nova arqueologia norte-americana ou pela arqueologia marxista (mais tarde conhecida como arqueologia social latino-americana) que, a partir de diferentes perspectivas, também endossaram o discurso do desenvolvimento.

Os anos 1990 foram caracterizados por uma intensa política indígena e patrimonial do Estado chileno e pela incorporação de atores globais da

²

A tradição oral associa a prática arqueológica desses anos com os "gringos" de Chuquicamata (como o engenheiro Emil De Bruyne, em Caspana) que escavaram cemitérios indígenas na bacia do Loa e no Salar de Atacama. Os cemitérios pré-hispânicos de Chiu Chiu foram escavados por amadores de Chuquicamata, até mesmo usando dinamite (AYALA, 2008).

mineração transnacional e do turismo no Salar de Atacama. Nos últimos anos, a ascensão do cobre chileno produziu o investimento mais importante da mineração no século a nível global, aumentando três vezes a produção nacional deste metal (SALAZAR, 2010). A grande importância atribuída à indústria de mineração de cobre na economia nacional levou a essa atividade a produzir um dos maiores impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais do século XX nestas comunidades. A promulgação da Lei Indígena e da Lei do Meio Ambiente, bem como um contexto nacional e internacional favorável às demandas étnicas, tornou visíveis os conflitos históricos entre empresas de mineração e as populações indígenas pelos direitos sobre a água e o território (CARRASCO, 2014). Nesse sentido foi sugerido que os processos de etnogênese experimentados pelas comunidades Aimarás e Atacameñas, no norte do Chile, estavam relacionados a disputas com as empresas de mineração sobre os direitos e exploração dos recursos hídricos (GUNDERMANN, 2000; RIVERA, 2006).

A mineração, considerada por muitos como um ingrediente necessário do progresso e do bem-estar social, foi questionada pelas comunidades indígenas. Em resposta, as empresas de mineração reproduziram a retórica multicultural de "responsabilidade social" e "participação cidadã" para melhorar o relacionamento com essas populações (SALAZAR, 2010:230)³. Requeridas pela legislação ambiental e internacional, as empresas de mineração tiveram que apresentar seus projetos para o Sistema de Impacto Ambiental e para fazê-lo recrutaram equipes de arqueólogos, através de diferentes acordos contratuais. Em alguns casos, as consultoras arqueológicas foram responsáveis por projetos específicos e limitados no tempo. Em outros, elas mantêm uma relação de trabalho de longo prazo, como é o caso com a Sociedade Contratual de Mineração Abra que desde 1996 financia o projeto "Investigación, Rescate y Puesta en Valor del Patrimonio Arqueológico en el Abra" (SALAZAR, 2010). Cumprindo as exigências da lei e seguindo os protocolos do CMN, os relatórios arqueológicos reconstróem e reproduzem a história cultural de um território; eles se destacam por sua qualidade técnica e jargão científico, para não mencionar a tecnologia de ponta com a qual é apresentado o conhecimento/poder arqueológico nas etapas de campo, laboratório e redação de relatórios. A participação da arqueologia em tais projetos a colocou no centro do debate com as comunidades, uma vez que algumas lideranças atacameñas criticaram aos arqueólogos de contrato, especialmente aqueles que trabalham no museu local:

Eles deveriam saber o sentimento da comunidade em que estão inseridos e com a qual, supostamente, deveriam ter mais aproximação ou, como aqui foi sugerido, com a qual deveria haver mais comunicação e envolvimento (...). Deveria existir um compromisso ético para que os arqueólogos do museu apoiassem à comunidade e não fornecessem serviços para pessoas que querem atacar o que a comunidade quer (*G.I. Tercera Mesa de Diálogo del Museo Arqueológico de San Pedro de Atacama*, 2005).

³ Para Carrasco (2014: 248) esta mudança nas relações se deve a fato de que as empresas de mineração passaram de ignorar às comunidades nas áreas de sua influência para incorporá-las como partes interessadas ou como atores com influência reconhecida.

Diante dos confrontos dos indígenas, a resposta dos arqueólogos tem sido mista. Enquanto alguns se refugiam no silêncio e na distância, outros justificam a sua participação em projetos ambientais das seguintes formas: "Alguém tem que fazê-lo"; "é melhor que a gente o faça do que outros"; "se a gente não o faz, quem o fará?"; "como arqueólogos temos de proteger e salvar o patrimônio"; "por lei, somos obrigados a fazê-lo"; "de algo temos de viver". No entanto, após discussões internas e considerando os conflitos com a comunidade local e a ausência de uma posição unânime, em meados de 2000 a direção do Museu Arqueológico de San Pedro de Atacama determinou que os arqueólogos da instituição não deveriam participar em projetos de impacto ambiental (*Taller Políticas Étnicas del IIAM*, 2005). Por outro lado, as consultoras arqueológicas de outras partes do país vincularam membros das comunidades de Atacama como trabalhadores de campo e de laboratório. Esta integração foi exigida pelos atacameños desde a construção do gasoduto de Gas Atacama e o bypass San Pedro-Paso Jama, ao final do século XX. Em ambos os casos, as lideranças indígenas interpelaram ao Estado e à empresa privada pela destruição de sítios arqueológicos, cujo dano foi considerado um ataque contra o seu patrimônio cultural. Eles exigiram medidas de compensação e mitigação, bem como a participação atacameña nas diversas fases de execução (AYALA, 2008). Em paralelo, a população atacameña começou a se inserir em projetos de etno-desenvolvimento turístico e patrimonial promovidos por agências governamentais e estrangeiras (AYALA, 2008). Isto está associado com um retorno gradual dos indígenas para suas comunidades de origem, onde o turismo e os serviços associados começaram a tornar-se um trabalho remunerado que lhes permitiu aceder a benefícios econômicos previamente ligados só à mineração. Neste sentido, o que inicialmente foi rejeitado pelos atacameños como uma subjugação de espaços e recursos (às vezes manifestado por meio de sua retirada da parte central do povoado) tornou-se uma oportunidade de emprego, estável e rentável, no seu próprio território ancestral.

Um exemplo da integração dos atacameños em iniciativas de desenvolvimento local são os projetos de cadastro, valorização, proteção e gestão turística de sítios arqueológicos conduzidos por agências estatais, como CONADI, CMN e o Ministério das Obras Públicas. Neste contexto, a arqueologia em Atacama ativou seu lado patrimonial para trabalhar com agentes do Estado e indígenas na incorporação de sítios arqueológicos para o mercado turístico. Este processo não foi sem lutas de poder, pois os arqueólogos ficaram imersos em alianças políticas para discutir o tipo de projetos a ser realizado, quem poderia entrar nos sítios e sob que condições (AYALA, 2008). Estes conflitos gerados em torno da gestão indígena do patrimônio arqueológico foram abordados pelo CMN e CONADI como problemas com comunidades atacameñas específicas, focando a atenção sobre as divergências entre arqueólogos e lideranças étnicas ou entre os arqueólogos e, até mesmo, minimizando as situações de conflito. Ao centralizar esses conflitos sobre certas questões entre as comunidades, entre arqueólogos e indígenas ou no interior da disciplina, o tema principal, a propriedade do patrimônio arqueológico nos territórios indígenas, foi invisibilizado, especialmente considerando que a

gestão comunitária desses ativos foi uma forma de redirecionar ou canalizar as demandas dos atacameños por propriedade e direitos culturais sobre eles (AYALA, 2008). A participação da arqueologia, chamada a avaliar a viabilidade destas iniciativas desde a sua autoridade técnico-científica, ajudou a despolitizar e desviar a atenção de questões não resolvidas entre o Estado e os povos indígenas, dos quais o patrimônio é apenas uma parte. A legitimação estatal do discurso dos arqueólogos tem sido funcional ao sistema vigente de relações de poder porque os cenários nos quais participa ocultam as desigualdades sociais ainda existentes.

O discurso do desenvolvimento do Estado também está associado à execução de projetos hoteleiros, ligados à perspectiva ambiental da arqueologia multicultural no Salar. Um caso mencionado várias vezes na história oral para falar da arqueologia de impacto ambiental é a construção do Hotel Explora a meados dos anos 1990. Ainda que este hotel fosse apresentado como uma oportunidade de trabalho para os atacameños, sua localização em um sítio arqueológico sensível criou relatos de espoliação e profanação e várias histórias locais relacionadas com as coisas encontradas, algumas das quais dizem respeito à parceria entre arqueólogos e a iniciativa privada contra os interesses étnicos. Este assunto produziu conflitos entre os arqueólogos do museu local e profissionais de fora da instituição, bem como entre arqueólogos/pesquisadores e arqueólogos/consultores. Também mostrou a participação dos atacameños em pesquisas e escavações de impacto ambiental, cada vez mais recorrentes na arqueologia de contrato no Salar. O "boom do turismo" e a proliferação de hotéis em San Pedro de Atacama desde o início de 2000 têm necessitado uma presença significativa de consultoras arqueológicas, vários das quais tem contratado mão de obra local para seus trabalhos de campo, cumprindo com o discurso multicultural desenvolvimentista de "participação indígena" (AYALA, 2011). A arqueologia de impacto ambiental, criticada por algumas lideranças de Atacama, é outra fonte de postos de trabalho associada ao mercado do turismo e do patrimônio, ainda que mais esporádica e instável que os trabalhos na limpeza, cozinha e manutenção em hotéis. A isto deve ser acrescentada a integração de guias indígenas. O Hotel Explora foi pioneiro no treinamento e contratação de guias locais através da sua Escola de Guias, que incluiu disciplinas de arqueologia. O objetivo destas e outras formas de "participação" e "colaboração" com a população de Atacama é inverter a sua percepção deste hotel como um transgressor da cultura local e como gerador de relações de trabalho desiguais e abusivas. Segundo Bolados (2014:236), estas iniciativas ajudaram a gerir as tensões até 2007, quando o Conselho dos Povos Atacameños decidiu denunciar judicialmente a Explora por se apropriar de águas medicinais de uso ancestral nas termas de Puritama. Confrontado com este conflito, o hotel expandiu suas operações e estabeleceu estratégias de relação com as comunidades, criando uma área protegida nas termas de Puritama através de uma fundação, cujo objetivo era proteger o setor como uma reserva para ajudar a "proteger o patrimônio natural e cultura dos atacameños".

O treinamento de guias indígenas promovido por este hotel está ligado a duas das principais características da patrimonialização multicultural: a

participação e a profissionalização dos indígenas, financiadas por agências governamentais e multilaterais e por empresas hoteleiras, como Explora, e de mineração, como Escondida e Abra. Os arqueólogos também têm sido integrados ao mercado de oficinas de formação, entre as quais se destaca a Escola Andina do Museu Arqueológico de San Pedro de Atacama por sua sistematicidade e permanência no tempo. Para o Estado e as agências multilaterais o "indígena treinado" ou "indígena reforçado" é uma ferramenta de desenvolvimento. Assim, os projetos econômicos relacionados com o turismo e a mineração demandam indígenas treinados em arqueologia e história local. Em um paradoxo típico da época multicultural, os atacameños devem demonstrar que estão bem informados sobre a sua cultura através de atestados de participação em programas de treinamento públicos ou privados, o que os coloca em vantagem comparativa no mercado de trabalho quando procuram emprego com consultoras arqueológicas de impacto ambiental ou projetos patrimoniais. Esta situação tem sido levantada por algumas lideranças étnicas que acham que os estudantes da Escola Andina devem tomar estes postos de trabalho (AYALA, 2011).

Um efeito inesperado do multiculturalismo neoliberal é que no interior dos espaços de participação indígena, como a Escola Andina, os estudantes e as lideranças étnicas têm rejeitado e confrontado à arqueologia de contrato. Desde a sua perspectiva, a participação de professores em projetos de impacto ambiental que vão contra os interesses das comunidades demonstra uma falta de consistência. Assim, eles questionam as ligações construídas entre o museu local e a comunidade indígena através deste programa. Nos últimos anos os indígenas de Atacama têm atuado mais ativamente nas instâncias de participação cidadã do Sistema de Avaliação Ambiental, pedindo, às vezes, a assessoria de arqueólogos para avaliar os relatórios apresentados à Comissão Nacional do Meio Ambiente. Na verdade, para algumas lideranças a arqueologia pode ser uma ferramenta útil para se opor a projetos de mineração, estradas ou hotéis, tanto públicos como privados.

A ARQUEOLOGIA MULTICULTURAL EM PERSPECTIVA AMBIENTAL E PATRIMONIAL

A arqueologia multicultural tem expandido as fronteiras disciplinares para a gestão, resgate cultural e impacto ambiental através de sua participação em programas de desenvolvimento impulsionados por agências estatais e transnacionais. Também aumentou a sua participação na gestão do patrimônio através da integração dos arqueólogos em agências públicas e privadas e como consultores para projetos culturais ou ambientais. Uma das características mais visíveis da arqueologia multicultural é o seu papel na definição, gestão e legislação do patrimônio nacional, conhecido no mundo de fala inglês como *Cultural Resource Management* (SMITH 2004). Neste contexto, a arqueologia é valorizada como empresa de nacionalização e como conhecimento especializado, técnico e científico; este é um legado do processualismo e da sua ligação com o nacionalismo monocultural. O papel auto proclamado, e legitimado pelo Estado, como guardiões do passado e do patrimônio torna aos

arqueólogos profissionais cada vez mais exigidos por agências estatais ligadas aos bens culturais. Embora antes do multiculturalismo os arqueólogos também fizessem parte dessas instituições, hoje é muito mais comum encontrá-los trabalhando no serviço público, a partir de onde definem e arbitram, juntamente com outros profissionais e agentes do Estado, o que é o patrimônio nacional, o que é o patrimônio indígena, quem pode acessá-los e quais são os requisitos para fazê-lo. A patrimonialização continua reproduzindo um discurso nacionalista, de um jeito tal que o patrimônio indígena — junto ao patrimônio local, do nitrato, histórico — faz parte da noção mais ampla de patrimônio nacional (AYALA, 2011).

Através da participação de arqueólogos neste processo administrativo, o Estado mede a legitimidade das reivindicações nativas contra o pronunciamento objetivo dos especialistas. A arqueologia é usada para governar a população indígena e controlar conflitos sociais relacionados com o patrimônio, por trás dos quais se escondem problemas atuais que o Estado não tem resolvido, apesar de seu discurso político multicultural. Segundo Smith (2004:102), a arqueologia pode ser definida como uma "tecnologia de governo" através da gestão de recursos culturais; e esta institucionalização da arqueologia não só facilita a sua mobilização como tecnologia do governo, mas também, a sua integração na burocracia e na legalização do patrimônio. A mobilização do conhecimento arqueológico nas instituições do Estado não pode ser entendida como uma simples resposta técnica às necessidades de conservação da cultura material, mas como parte de um processo em que se identifica, classifica e governa a população, em parte por sua ligação com tais bens culturais.

A visibilidade e a expansão da patrimonialização nos últimos anos não significaram apenas a incorporação de um maior número de arqueólogos ao Estado; também aumentaram o número de cursos de arqueologia e a orientação marcadamente patrimonial de alguns deles. O fortalecimento das políticas neoliberais e seu impacto sobre a disciplina levaram aos arqueólogos a abandonar as suas pesquisas e a se engajar em projetos de valorização, conservação e proteção de sítios patrimoniais ligados à indústria do turismo, onde sua experiência é requerida para avaliar a viabilidade e monitorar os conflitos que possam surgir (AYALA, 2008). Algo semelhante acontece com os projetos de impacto ambiental, nos quais se destaca o papel técnico e científico do conhecimento arqueológico para avaliar os danos ambientais da mineração, das hidrelétricas, da silvicultura, dos empreendimentos imobiliários, da hotelaria e do turismo. A ênfase na objetividade, rigor técnico e neutralidade política da arqueologia produziram a despolitização desses projetos, pois os problemas sociais que eles desencadeiam são reduzidos a simples problemas técnicos. No caso dos projetos de mineração, a tecnologia de ponta e o rigor científico com que são estudados os sítios arqueológicos deslocam o olhar dos conflitos sociais e o coloca na produção de grandes quantidades de novas informações e na acumulação de coleções arqueológicas. Esta mudança reforça o papel dos arqueólogos como guardiões do passado, enquanto são reproduzidas as desigualdades sociais; enquanto os indígenas ainda são criminalizados por suas demandas por terra; enquanto a violência policial ainda é exercida na era

do reconhecimento das diferenças culturais, como no caso dos Mapuches no sul do Chile.

Tudo isto se relaciona com um discurso do desenvolvimento através do qual os indígenas foram incentivados a implementar projetos que lhes permitissem se inserir no mercado cultural e obter assistência internacional e validação política. Sua autenticidade cultural é mais exigida do que antes. O paradigma de etno-desenvolvimento requer o "empoderamento nativo" porque precisa de nativos para desenvolver, assim como o Estado multicultural necessita deles para garantir fundos internacionais e para se representar como pluricultural, bem sucedido e seguro para o investimento estrangeiro. A diferença cultural é vista como mais uma mercadoria a ser consumida por meio de projetos patrimoniais, ambientais e turísticos avaliados pelo Estado e pela empresa privada. A gestão indígena de sítios arqueológicos é vista como uma alternativa de desenvolvimento econômico para estas populações, ao mesmo tempo em que aporta ao reconhecimento de seus direitos culturais e à criação de sujeitos exóticos e autênticos, prontos para entrar e competir no mercado da diferença. O novo discurso ambientalista é adicionado a isso, vendo a cultura como um recurso a ser protegido para permitir sua inserção comercial. Para Villa (2003:337), que investigou o caso da Colômbia, esta conjuntura política inscreve a arqueologia nos eventos técnico-econômicos do país e na ordem econômica global, uma vez que a proteção do patrimônio arqueológico, como parte do desenvolvimento sustentável, articula-se com o novo conceito de transformação ambiental. Este processo é expresso na arqueologia de contrato e na referência ao patrimônio arqueológico como um recurso cultural, ou seja, como um bem de capital. Segundo Villa (2003:339) a prática arqueológica contribui para a construção de uma ordem hegemônica estruturada pelas novas concepções de desenvolvimento, modernização e globalização da cultura na economia.

A integração dos estudos de impacto ambiental é consistente com o sistema neoliberal e é imposta desde os centros de poder através dos protocolos das multinacionais instaladas no país ou através de acordos de livre comércio com os Estados Unidos e Europa (TRONCOSO *et. al.*, 2008:134). O impacto desta estreita relação entre a arqueologia e o neoliberalismo é refletido em um interesse limitado na discussão teórica e uma inclinação e revitalização de abordagens positivistas que priorizam métodos quantitativos e físico-químicos sobre aqueles mais reflexivos. A isto se soma o aprofundamento da tendência à micro-arqueologia, a popularização e aumento de uma arqueologia apoiada por novas tecnologias de informação e a diferenciação entre profissionais do meio acadêmico e aqueles dos estudos de impacto ambiental. Carrasco (2007:39) argumenta que neste tipo de arqueologia

(...) não há uma aproximação baseada em um problema de pesquisa, de modo que o exercício em si torna-se a aplicação de princípios metodológicos básicos derivados da prática arqueológica normal em sua fase de recolha de dados, gerando, principalmente, diagnósticos histórico-culturais locais.

Como resultado a arqueología no é apenas usada pelo multiculturalismo neoliberal por suas contribuições para a construção da identidade, mas também pelas suas competências técnicas em projetos de investimento do Estado ou privado que reproduzem e exigem interpretações culturalistas historicamente ligadas com o nacionalismo. A implementação desta nova arte de governar não é feita sem tensões e contradições. As novas possibilidades políticas não ficam apenas em grandes oposições, mas nos interstícios das estruturas de poder emergentes e em novos espaços políticos e sociais em construção. Trata-se dos efeitos não esperados e não desejados do multiculturalismo, pois os indígenas não se limitam a ser objetos de governo e etno-desenvolvimento. Através da patrimonialização, questionam ao Estado multicultural a partir de dentro e participam nas novas lutas para a definição, classificação e apropriação de seu patrimônio. Também aproveitam o processo de profissionalização para se apropriar do discurso patrimonial e científico e usá-lo em suas lutas políticas contra o Estado e os arqueólogos, bem como para ocupar espaços antes vetados, posicionar antigas e novas demandas e buscar o reconhecimento do conhecimento local, em igualdade de condições com o conhecimento científico. A politização da cultura e o novo regime multicultural da verdade sobre o que é cultural, nacional e patrimonial é um processo disputado de construção de significados entre atores indígenas, estatais, científicos e privados, tanto a nível local como global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYALA, P., 2008. *Políticas del pasado: indígenas, arqueólogos y estado en Atacama*. Universidad Católica del Norte, San Pedro de Atacama.
- AYALA, P., 2011. La patrimonialización y la arqueología multicultural y las disputas de poder por el pasado indígena. *Dissertação de Doutorado*, Universidad Católica del Norte-Universidad de Tarapacá, San Pedro de Atacama.
- AYALA, P.; VILCHES, F., 2012. Introducción. In *Teoría Arqueológica en Chile: reflexionando en torno a nuestro quehacer disciplinario*, editado por Patricia Ayala e Flora Vilches, pp 9-24. Línea Editorial IIAM-UCN, Ocho Libros, Santiago.
- BOCCARA, G., 2007. Etnogubernamentalidad. La formación del campo de la salud intercultural en Chile. *Chungará* 39(2):185-207.
- BOCCARA, G.; AYALA, P., 2011. Patrimonializar al indígena: imaginación del multiculturalismo neoliberal en Chile. *Les Cahiers des Ameriques Latines* 67(2):111-202.
- BOLADOS, P. 2010. Neoliberalismo multicultural en el Chile democrático: gubernamentalizando la salud atacameña a través de la participación y el etnodesarrollo. *Dissertação de Doutorado*, Universidad Católica del Norte-Universidad de Tarapacá, San Pedro de Atacama.
- BOLADOS, P., 2014. Los conflictos etnoambientales de “Pampa Colorada” y “El Tatio” en el salar de Atacama, norte de Chile. Procesos étnicos en un contexto minero y turístico transnacional. *Estudios Atacameños* 48:229-248.
- CÁCERES, I., 1999. Arqueología y Sistema de Evaluación de Impacto Ambiental. *Boletín de la Sociedad Chilena de Arqueología* 28:47-54.
- CARRASCO, C., 2007. La práctica arqueológica y la actual construcción del conocimiento arqueológico en Chile. *Boletín de la Sociedad Chilena de Arqueología*, 39:35-49.

- CARRASCO, A., 2014. Entre dos aguas: identidad moral en la relación entre corporaciones mineras y la comunidad indígena de Toconce en el Desierto de Atacama. *Chungará* 46(2):247-258.
- GONZÁLEZ, P., 2005. Acerca del Consejo de Monumentos Nacionales como órgano con competencia ambiental. Institucionalidad Pública y Fiscalización (CONAMA, Consejo de Monumentos Nacionales y Consejos Asesores). In *Actas del Primer Seminario de Minería y Monumentos Nacionales*, editado por Gastón Fernández e Paola González, pp 86-97. Editorial EDITEC, Santiago.
- GUNDERMANN, H., 2000. Las organizaciones étnicas y el discurso de la identidad en el norte de Chile, 1980-2000. *Estudios Atacameños* 19:75-92.
- HALE, C. 2004 Rethinking indigenous politics in the era of thindio permitido. *NACLA, Report on the Americas* 38(2):1-11.
- RIVERA, F., 2006. Entorno neoliberal y la alterida étnica antiflexibilizante de los atacameños contemporáneos. *Revista Chilena de Antropología* 18:59- 89.
- SALAZAR, D., 2010. Comunidades indígenas, arqueología y mineras en el norte de Chile: ¿hacia un diálogo posible? In *Pueblos indígenas y arqueología en América Latina*, editado por Cristóbal Gnecco e Patricia Ayala, pp 221-250. FIAN-Universidad de los Andes, Bogotá.
- SALAZAR, D.; JACKSON, D.; TRONCOSO, A., 2012. Entre dos tierras: reflexiones sobre la arqueología chilena en el siglo veintiuno. In *Teoría arqueológica en Chile: reflexionando en torno a nuestro quehacer disciplinario*, editado por Patricia Ayala e Flora Vilches, pp 41-71. Línea Editorial IIAM-UCN, Ocho Libros, Santiago.
- SERRACINO, J. 1973. Editorial. *Estudios Atacameños* 1:5.
- SMITH, L., 2004. *Archaeological theory and the politics of cultural heritage*. Routledge, Nova York.
- TRONCOSO, A.; SALAZAR, D.; JACKSON, D., 2008. Ciencia, Estado y sociedad: retrospectiva crítica de la arqueología chilena. *Arqueología Suramericana* 4(2):122-145.
- VILCHES, F.; GARRIDO, C.; AYALA, P.; CÁRDENAS, U., 2015. El pasado contemporáneo en San Pedro de Atacama, norte de Chile: ¿arqueología pública? *Manuscrito em processo de publicação*.
- VILLA, F., 2003. Arqueología de rescate y desarrollo sostenible en Colombia: crítica a un vínculo instrumental. In *Arqueología al desnudo: Reflexiones sobre la práctica disciplinaria*, editado por Cristóbal Gnecco e Emilio Piazzani, pp 327-344. Universidad del Cauca, Popayán.